

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, ou parcialmente heróis ou fantasmas, ou tecnologias ou também por outros meios, com ênfase em D, considere a busca por precisão e eficiência.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CBIAI-I

O aforismo “o cliente sempre tem razão” é bastante conhecido e muito citado como argumento econômico. Justifica-se para manter a fidelidade dos consumidores a marcas e a lojas a fim de evitar que a insatisfação individual se torne uma indesejada propaganda negativa.

Será que, sob a ótica jurídica, a afirmativa corresponde à realidade? Não! O cliente (consumidor) só tem razão quando o direito, a lei, lhe dá amparo.

Invariavelmente, baseando-se em critério pessoal do que seria justo como solução para problema de consumo, o consumidor realmente acredita que possui o direito que alega e, dentro da sua lógica, passa a exigir determinado comportamento do fornecedor.

A expressão direito do consumidor tem sentido de conjunto de normas que regulam as relações entre consumidores e fornecedores; não significa necessariamente que o consumidor tem sempre direito de exigir a satisfação dos seus interesses.

Para ilustrar, cite-se o exemplo, recorrente, de uma pessoa que acredita poder, em qualquer circunstância, trocar um produto que acabou de adquirir simplesmente porque, chegando em casa, percebeu que não era exatamente aquilo que queria, preferia de outra cor ou até haver gastado o dinheiro com algo mais interessante. Para a lei, a troca ou devolução do dinheiro pago só é possível em situações bem concretas: promessa do vendedor de trocar ou devolver o dinheiro (art. 30 do Código de Defesa do Consumidor); vício do produto (art. 18); compra fora do estabelecimento físico (art. 49).

Daí a importância de que toda pessoa tenha uma noção básica de quais são os seus direitos e de como exigir a sua observância. Como é possível exigir respeito a sua condição de consumidor se não houver uma consciência mínima dos direitos?

Leonardo Bessa. O cliente - nem sempre - tem razão! In: *Metrópoles*, 20/06/2024. Internet: <www.metropoles.com> (com adaptações).

A respeito das ideias veiculadas no texto CBIAI-I, julgue os itens subsequentes.

- 1 C Segundo o texto, a expressão corrente ‘o cliente sempre tem razão’, apesar de comercialmente motivada, não condiz com a realidade determinada pelo arcabouço legal.
- 2 E O direito do consumidor é um conjunto de normas que regulamenta, entre outras ações, o comportamento do fornecedor conforme os anseios e desejos dos consumidores.
- 3 C O autor do texto defende a ideia de que, na perspectiva jurídica, nem sempre o consumidor tem direito de exigir que seus interesses sejam satisfeitos.

- 4 De acordo com o texto, ao reclamar seus direitos, os consumidores brasileiros usam um critério pessoal de justiça derivado de sua falta de conhecimento acerca das leis, dos seus direitos e de como eles devem ser observados.
- 5 De acordo com o autor do texto, a lei prevê situações específicas em que o consumidor pode solicitar ao fornecedor a troca de um produto ou a devolução do dinheiro gasto na compra de determinado produto.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CBIAI-I, julgue os itens a seguir.

- 6 E As formas verbais “acabou”, “queria” e “preferia” (primeiro período do quinto parágrafo) são núcleos de orações cujos sujeitos são elípticos e referem-se ao termo “uma pessoa”.
- 7 E No terceiro parágrafo do texto, o vocábulo “que”, presente na oração “que alega”, é utilizado como elemento de coesão referencial e tem como referente o termo “o consumidor”.
- 8 E No início do quinto parágrafo, a vírgula empregada após o verbo “ilustrar” é facultativa e sua supressão preservaria a correção gramatical do texto.
- 9 E Seria mantida a correção gramatical e a coesão do último período do texto, caso a forma verbal “houver” fosse substituída por *houvesse*.
- 10 C Nas orações em que ocorrem, as expressões ‘o cliente sempre tem razão’ (primeiro período do primeiro parágrafo) e “direito do consumidor” (primeiro período do quarto parágrafo) desempenham a mesma função sintática.
- 11 C Prejudicaria a correção gramatical do texto a substituição do trecho “a marcas e a lojas” (segundo período do primeiro parágrafo) por *às marcas e à lojas*.
- 12 E Caso o pronome “se”, em “baseando-se em critério pessoal do que seria justo” (terceiro parágrafo) fosse deslocado para imediatamente antes da forma verbal “baseando” — escrevendo-se *se baseando* —, seria mantida a correção gramatical da frase e lhe seria conferido maior grau de formalidade.

**Texto CBIAI-II**

A palavra ficção nos remete a histórias inventadas (total ou parcialmente). Pode ser uma fantasia, que envolva monstros, heróis ou fantasmas, pode ser uma ficção científica, que envolva tecnologias que vão muito além daquelas que existem hoje, e também pode ser um romance comum, totalmente realista, mas com enredo, personagens ou ambientes inventados.

Dessa forma, uma matéria jornalística jamais poderia ser considerada ficcional, já que um dos pilares do jornalismo é a busca pela verdade e a publicização das informações com precisão e veracidade. Um jornal que noticiasse ficções estaria ferindo um de seus princípios mais fundamentais.

Apesar de essa definição de ficção ser bem popular, os críticos e teóricos de cinema franceses Jacques Aumont e Michel Marie afirmam que a ficção é uma forma de discurso que faz referência a personagens ou a ações que só existem na imaginação daquele que a escreve ou lê. Segundo eles, a ficção não é uma mentira, mas um simulacro da realidade, uma das possíveis maneiras de se representar o real.

Assim, podemos dizer que todo relato é uma tentativa de representar a realidade por meio de palavras. Um relato de um acontecimento não é o próprio acontecimento em si. Os fatos ficam no passado, depois que acontecem. Qualquer tentativa de retomá-los no presente, por meio de uma história, será uma representação, será uma construção da mente de uma pessoa. Logo, será uma ficção.

Lucia Mascarenhas de Miranda. *A fronteira entre fato e ficção*.  
In: *Ciência Hoje*, outubro de 2024.  
Internet: <cienciahoje.org.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir com base nas ideias apresentadas no texto CBIAI-II.

- 13 Os críticos e teóricos de cinema Jacques Aumont e Michel Marie caracterizam a ficção como um simulacro da realidade, em uma oposição explícita à visão comum nos meios acadêmicos segundo a qual a ficção é uma mentira.
- 14 No último parágrafo do texto, o autor conclui que, sendo a ficção uma representação da realidade, o relato de uma situação passada caracteriza-se como ficção.
- 15 Os textos caracterizados como obras de ficção são bem delimitados e apresentam alcance reduzido.
- 16 A ficção é um tipo de discurso por meio do qual se apreende o real, atualizando-o por meio de palavras.
- 17 De acordo com o texto, dada a natureza do jornalismo, matérias jornalísticas de natureza ficcional são inconcebíveis considerando-se a definição popular de ficção.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto CBIAI-II, julgue os itens que se seguem.

- 18 No primeiro parágrafo, as três ocorrências da forma verbal “pode” expressam sentido de possibilidade.
- 19 Na organização das ideias do primeiro parágrafo do texto, o conteúdo do segmento “mas com enredo, personagens ou ambientes inventados” se opõe à informação anterior segundo a qual a ficção pode ser representada por uma fantasia, uma ficção científica, ou um romance comum.
- 20 No primeiro período do terceiro parágrafo, a substituição do vocábulo “franceses” por **francês** preservaria a correção gramatical do texto, embora alterasse o seu sentido e as relações sintáticas do período.
- 21 A forma pronominal “a” empregada no trecho “que a escreve ou lê” (primeiro período do terceiro parágrafo) se refere ao termo “a ficção”, no mesmo período.
- 22 A locução “já que” (primeiro período do segundo parágrafo) introduz, na oração em que se insere, valor de **causa**, podendo ser corretamente substituída por **uma vez que**.

23 Mantendo-se o sentido original e a correção gramatical do texto, o primeiro período do quarto parágrafo poderia ser reescrito da seguinte maneira: **Pode-se afirmar que, dessa forma, todo o relato trata-se de uma tentativa de representar a realidade por meio do uso de palavras.**

24 Dada sua função na oração, o termo “da mente” (quarto período do quarto parágrafo) pode ser substituído pelo adjetivo **mental**, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do trecho.

**Texto CBIAI-III**

Aprendemos desde cedo que a linguagem verbal serve para comunicar e frequentemente dizemos que o importante é a comunicação. Quando se fala em comunicação, muitas vezes, pensamos que se está falando na transmissão de informações. Comunicar não se limita, entretanto, a transmitir informações. Realmente, há momentos em que desejamos apenas fornecer uma informação, mas, muito frequentemente, temos outros objetivos, como: dar uma ordem, expressar um sentimento, fazer um pedido, exercer algum tipo de influência, fazer o outro mudar de opinião...

O ser humano vive em sociedade, isto é, fazemos parte de grupos sociais e agimos em conjunto com nossos semelhantes; interagimos. Na verdade, é para interagir que nos comunicamos, falamos e escrevemos. Por isso, não podemos nos esquecer de que a comunicação, ou a interação, envolve mais do que simplesmente informação; envolve, sobretudo, alguma forma de ação sobre o outro.

Ana Lucia Tinoco Cabral. *A força das palavras*.  
São Paulo: Editora Contexto, 2010, p. 10-11 (com adaptações).

Considerando os aspectos textuais e linguísticos do texto CBIAI-III, bem como as ideias nele veiculadas, julgue os itens seguintes.

- 25 Para atingir o seu propósito comunicativo, a autora constrói seu texto combinando as tipologias expositiva e narrativa.
- 26 No texto, rejeita-se a ideia comum de que o ato de comunicar, interagir, corresponde unicamente à transmissão pura e simples de informações.
- 27 No segundo período do primeiro parágrafo, as duas ocorrências do pronome “se” têm o papel de indeterminar os agentes responsáveis pela ação de falar.
- 28 No trecho “dar uma ordem, expressar um sentimento, fazer um pedido, exercer algum tipo de influência, fazer o outro mudar de opinião...” (quarto período do primeiro parágrafo), as vírgulas foram empregadas para separar expressões de caráter explicativo.
- 29 Sem prejuízo da correção gramatical do texto, as palavras “é” e “que”, presentes no segundo período do segundo parágrafo, poderiam ser suprimidas.
- 30 Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho “nos esquecer” (último período) fosse reescrito como **esquecer**.

Em relação aos procedimentos historicamente presentes no exercício profissional do assistente social, julgue os próximos itens.

- 70 A realização de ação socioeducativa com as famílias é relevante porque a família integra a rede primária do indivíduo, de modo que desempenha funções de cuidado, mobiliza a solidariedade das redes primárias e aciona o acesso às redes secundárias institucionais.
- 71 No âmbito dos processos socioassistenciais, as ações socioeducativas se estruturam a partir de dois pilares: a socialização das informações e o processo reflexivo desenvolvido na trajetória da relação estabelecida entre os profissionais e os usuários.
- 72 As visitas domiciliares (entrevistas no domicílio/território) devem ser realizadas por assistentes sociais para confirmar as informações fornecidas pelo usuário sobre suas rotinas e condições de habitabilidade.
- 73 Embora seja considerado uma técnica de entrevista, o acolhimento também é um processo, que possibilita a criação de vínculos entre o usuário e o profissional de serviço social por meio de uma sequência de atos que buscam a intervenção resolutiva, a fim de atender à demanda integral do usuário.
- 74 Na realização da entrevista, para assegurar a confiabilidade do assunto abordado e das demandas do usuário, o assistente social deve considerar o que o sujeito entrevistado comunica por meio da linguagem verbal e não pode considerar o não dito, como a linguagem corporal do entrevistado, por exemplo.

A respeito da produção de documentos no exercício do trabalho de assistentes sociais, julgue os itens que se seguem.

- 75 O estudo social é o processo de conhecimento mais amplo da realidade social de um indivíduo ou grupo, e seu registro, realizado por meio de relatório social, deve conter, conforme a peculiaridade e o estilo de cada profissional, as técnicas utilizadas e a manifestação final, com emissão de parecer.
- 76 Na realização do estudo social, ao interpretar as necessidades apresentadas pelos sujeitos, o assistente social deve compreendê-las como problemas individuais cuja satisfação está vinculada à competência individual dos sujeitos.
- 77 Conforme preconizado pelos princípios éticos que direcionam a profissão de serviço social, a perícia social realizada por um assistente social deve ter a finalidade de avaliar e julgar a situação de um indivíduo ou grupo a fim de fornecer provas para uma decisão judicial.
- 78 Na elaboração de um laudo, cabe ao assistente social realizar um estudo aprofundado sobre a problemática em questão, fundamentando a análise com o uso de linguagem técnica.

Julgue os itens subsequentes, a respeito da atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar.

- 79 A atuação do assistente social junto a profissionais de outras áreas requer uma prática que possibilite, no espaço de trabalho, o exercício da interdisciplinaridade, a qual tem como uma de suas finalidades a emancipação humana.
- 80 A realização de atividades partilhadas entre assistentes sociais e outros profissionais possibilita a criação de identidade entre seus participantes, ao mesmo tempo em que contribui para a diluição de suas particularidades profissionais.

Acerca das formas de expressão da questão social e do seu enfrentamento, julgue os itens a seguir.

- 81 Na atualidade, o enfrentamento da questão social associa-se à expansão de políticas sociais universalizantes para o conjunto da classe trabalhadora.
- 82 A questão social constitui a base da fundação sócio-histórica do trabalho do profissional de serviço social, sendo ela, portanto, elemento central e constitutivo da relação entre a profissão e a realidade social.

No que se refere aos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como à adoção e à guarda, julgue os itens seguintes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- 83 Pessoas jurídicas ou pessoas físicas maiores de 18 anos de idade não inscritas nos cadastros de adoção podem apadrinhar criança ou adolescente que esteja em programa de acolhimento institucional.
- 84 A colocação da criança em família estrangeira substituta pode se dar por meio de guarda, tutela ou adoção.
- 85 No caso de adoção internacional, a justiça brasileira equipara os brasileiros residentes no exterior a estrangeiros, no que diz respeito à preferência de adoção.
- 86 Em caso de morte dos adotantes, o Poder Judiciário deverá restabelecer o poder familiar aos pais naturais do adotado.
- 87 Após completar 18 anos de idade, o adotado, caso deseje, tem direito de conhecer sua família biológica.

Ainda com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens subsequentes.

- 88 O conceito de família natural abrange, além dos pais e de seus descendentes, os parentes próximos com vínculo de afinidade.
- 89 A conduta que humilhe ou ridicularize a criança é considerada tratamento cruel.
- 90 O Conselho Tutelar é órgão independente, jurisdicionado, composto por no mínimo cinco membros, selecionados pelo Poder Judiciário para mandato de 4 anos, sem possibilidade de recondução.
- 91 São requisitos básicos para a candidatura a conselheiro tutelar ter idade superior a 18 anos e residir no mesmo bairro da sede de funcionamento do respectivo conselho.
- 92 São aplicáveis aos pais, conforme o caso, medidas de advertência, perda da guarda, destituição da tutela e destituição do poder familiar.
- 93 Compete ao Conselho Tutelar aconselhar os pais e encaminhá-los a tratamento psicológico; expedir notificações; e requisitar certidões de óbito de criança, quando necessário.

Julgue os itens a seguir, relativos à seguridade social e a políticas de saúde e de assistência no Brasil.

- 94 As ações e os serviços de saúde fazem parte de uma rede hierarquizada, com direção única da gestão federal e regionalização de atividades assistenciais e preventivas.
- 95 A seguridade social deve ser organizada em caráter descentralizado e gestão quadripartite, com participação dos aposentados, dos trabalhadores, dos empregadores e do governo nos órgãos colegiados.
- 96 A assistência social tem como objetivos, entre outros, a promoção da integração ao mercado de trabalho e o amparo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- 97 A organização da seguridade social tem por objetivos, entre outros, a universalidade da cobertura e a irredutibilidade do valor dos benefícios.

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Com base nas resoluções do Conselho Federal de Serviço Social, julgue os itens subsequentes.

51 Ao atuar em equipe multiprofissional, o assistente social  deverá respeitar as normas e os limites legais, técnicos e normativos das profissões dos outros membros da equipe.

52 Em contexto de intervenção conjunta com outra categoria profissional, a opinião técnica do assistente social sobre o objeto de intervenção deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, determinar o âmbito de sua atuação, seu objeto, os instrumentos utilizados e a análise social realizada.

A legislação que dispõe sobre a profissão de assistente social prevê as atribuições privativas e as competências do assistente social. A esse respeito, julgue os próximos itens.

53 É uma competência não privativa do assistente social  coordenar, executar e supervisionar estudos na área de serviço social.

54 É atribuição privativa do assistente social elaborar,  coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social com participação da sociedade civil.

55 Constitui uma competência do assistente social prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, a empresas privadas e outras entidades em matéria de serviço social.

Acerca da formulação de projetos de intervenção profissional do assistente social, julgue os itens a seguir.

56 Visando responder às demandas organizacionais, cabe aos  assistentes sociais acatar e reproduzir integralmente o projeto institucional.

57 A identificação da instituição que requisitou o assistente social é elemento constitutivo do projeto de trabalho em serviço social, assim como a identificação dos recursos de que tal instituição dispõe, dos serviços que oferece à população e das necessidades sociais da população que se propõe a atender.

58 No âmbito de um projeto de intervenção, deve ser  viabilizada a participação efetiva dos usuários do respectivo serviço.

No bojo do movimento de reconceituação do serviço social brasileiro, emergiram algumas vertentes de análise. A esse respeito, julgue os próximos itens.

59 A vertente marxista reporta a profissão à consciência de sua  inserção na sociedade de classes.

60 A vertente modernizadora incorpora abordagens  funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, direcionadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema por meio da mediação do desenvolvimento social.

No que diz respeito às tendências históricas e teórico-metodológicas presentes no debate profissional do serviço social, julgue os itens subsequentes.

61 A teoria social de Karl Marx compreende o ser social a partir  de mediações, visto que a sua natureza relacional é percebida em sua imediatividade ou totalidade.

62 Em sua gênese, o processo de constituição das matrizes do  conhecimento e da ação do serviço social brasileiro caracterizou-se pela relação entre a profissão e o ideário católico pautado pela teologia da libertação.

63 A matriz positivista, e sua compreensão instrumental e  imediate do ser social, forneceu suporte teórico-metodológico fundamental à qualificação técnica da prática do serviço social e à sua modernização.

64 O doutrinário e o conservadorismo foram importantes  teorias sociais que contribuíram para a fundamentação teórica e do exercício do profissional de serviço social, especialmente na década de 70 do século XX.

Acerca da concepção, da operacionalização e da avaliação de planos, programas e projetos em serviço social, julgue os itens a seguir.

65 A operacionalização dos planos, programas e projetos  evidencia o referencial teórico-metodológico adotado pelo assistente social durante a sua formulação, bem como indica a opção ético-política assumida.

66 A dimensão política do planejamento de programas e  projetos em serviço social decorre da militância do assistente social, cujos fundamentos são estabelecidos no projeto ético-político defendido pela categoria profissional, o qual não engloba o pluralismo.

A respeito da dimensão técnico-operativa do serviço social, julgue os itens a seguir. *ao contrário*

67 Em uma intervenção profissional de um assistente social os  instrumentais são a base para subsidiar os procedimentos metodológicos, bem como as estratégias e abordagens.

68 A competência técnica e profissional, responsável pela eficiência e pela eficácia da ação profissional do assistente social, deve-se unicamente aos instrumentos e às técnicas utilizados.

69 A valorização unilateral da dimensão teórico-política da  intervenção profissional de um assistente social é suficiente para habilitá-lo à utilização eficaz dos instrumentos e técnicas necessários para tal intervenção.

No que concerne ao processo licitatório, julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021.

- 31  Nas licitações, o princípio da vinculação ao edital aplica-se à administração pública e aos licitantes.
- 32  A referida lei faculta à administração pública exigir, no edital de licitação, conforme disposto em regulamento, que um percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por oriundos ou egressos do sistema prisional.
- 33  A licitação será dispensável para a aquisição de materiais ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, já que é inviável a competição.
- 34  Pregão é a modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- 35  Não se admite oposição de sigilo em relação aos atos praticados em processo licitatório, podendo haver apenas o diferimento da publicidade quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

A respeito de agentes públicos e poderes administrativos da administração pública, julgue os próximos itens, considerando as disposições legais e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 36  O auxílio-natalidade somente será pago à servidora por motivo de nascimento de filho, não podendo o cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora, auferir tal benefício.
- 37  A investidura em uma função pública de livre nomeação e exoneração prescinde de prévia aprovação em concurso público.
- 38  Em qualquer caso, a administração pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que da greve decorre, permitida a compensação em caso de acordo.
- 39  No exercício do poder regulamentar, pode o chefe do Poder Executivo tanto baixar um decreto para fiel execução da lei, quanto dispor, também por meio de decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, mesmo que isso implique aumento de despesa, criação ou extinção de órgãos públicos.
- 40  É constitucional que a administração pública delegue poder de polícia a uma sociedade de economia mista de capital social majoritariamente público para fins de aplicação de multas de trânsito.
- 41  O abuso de poder pode decorrer tanto de condutas comissivas quanto de condutas omissivas da administração e, em ambos os casos, a ilicitude atinge o ato administrativo.

No que se refere ao ato administrativo, julgue os itens seguintes.

- 42  Segundo o STF, o ato que concede aposentadoria a servidor público é um ato administrativo complexo, pois depende da atuação do ente a que o agente é subordinado e da aprovação do Tribunal de Contas.
- 43  Resolução é uma espécie de ato administrativo por meio do qual os órgãos consultivos da administração pública emitem opinião sobre assuntos técnicos ou jurídicos de sua competência.
- 44  As presunções de veracidade e legitimidade do ato administrativo são absolutas, não se admitindo prova em contrário.
- 45  A competência para praticar um ato administrativo somente pode ser objeto de delegação ou avocação caso não seja uma competência exclusiva conferida a determinado órgão ou agente pela lei.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 46  O direito de regresso do Estado contra o agente causador do dano depende da demonstração da conduta, do prejuízo causado ao terceiro e do nexo de causalidade entre o referido prejuízo e a conduta, sendo prescindível a comprovação de dolo ou culpa.
- 47  A responsabilidade civil por danos nucleares, tenham eles sido causados por ato comissivo ou omissivo, independe da existência de culpa.
- 48  Nos casos em que o réu tenha sido condenado criminalmente por erro judiciário, o trânsito em julgado da sentença condenatória impede que o Estado seja responsabilizado civilmente pelo referido ato judicial.
- 49  A força maior é considerada causa excludente da responsabilidade civil estatal.
- 50  Para a caracterização da responsabilidade por omissão estatal, é necessária a violação de um dever jurídico específico de agir do Estado.

Espaço livre

*Complexo e complexo*

Inscrição: 10211569

Com base  
julgue o  
51

A respeito das metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei n.º 13.005/2014, julgue os próximos itens.

- 98 O PNE visa elevar a escolaridade média da população do campo com idade entre 18 e 29 anos, sendo uma das estratégias a busca ativa em parceria com a assistência social e a proteção à juventude.
- 99 O PNE visa universalizar o ensino fundamental com duração de 9 anos para toda a população, devendo o ingresso das crianças nessa etapa ocorrer aos 6 anos de idade.
- 100 O PNE tem a meta de alfabetizar todas as crianças até o final do ensino fundamental e oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas e privadas.

À luz da Lei n.º 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social, julgue os itens a seguir.

- 101 O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, deve organizar e manter o registro profissional dos assistentes sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas.
- 102 Considere que um grupo de professores esteja organizando um congresso sobre **Serviço Social na Atualidade**. Nessa situação, a coordenação do evento deve recair sobre um assistente social, tendo em vista se tratar de uma atribuição privativa da categoria.

Julgue os itens seguintes, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

- 103 A educação física é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática passível de dispensa apenas para o aluno que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a oito horas ou tenha mais de trinta anos de idade.
- 104 O resgate das memórias históricas e a reafirmação das identidades das pessoas surdas estão entre os objetivos da implementação dos programas integrados de ensino e pesquisa, que visam, entre outros aspectos, à oferta de educação escolar bilingue e intercultural para estudantes surdos.

Com base na Lei Maria da Penha, julgue os itens subsequentes.

- 105 Os autores de violência contra a mulher devem ressarcir ao SUS os custos relativos ao tratamento de saúde da vítima, sendo os recursos oriundos desse ressarcimento destinados ao Fundo de Saúde do ente federado responsável pelas unidades de saúde que prestaram os respectivos serviços.
- 106 Mesmo diante da constatação da vulnerabilidade social e econômica da mulher vítima de violência doméstica, a legislação vigente não autoriza o juiz a conceder auxílio-aluguel à vítima.
- 107 Quando observar a inevitabilidade de afastamento do local laboral, o juiz deve assegurar a manutenção, por até um ano, do vínculo trabalhista da mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica.

De acordo com as resoluções do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), julgue os itens que se seguem.

- 108 Considere que Rosa, chefe do setor de recursos humanos, durante processo de contratação para o cargo de assistente social, tenha informado à recém-contratada Jurema, mulher transexual, que ela deveria assinar os documentos da empresa com seu nome original, não obstante o nome social constar no registro civil. Nesse caso hipotético, Rosa agiu em desacordo com os normativos do CFESS.
- 109 É vedado ao assistente social, durante seu exercício profissional, impedir manifestações estéticas de matrizes africanas ou alusivas à população negra ou indígena.
- 110 Constitui direito do assistente social realizar pedido de desagravo público em decorrência de ofensa a sua honra profissional ou pessoal.
- 111 No que concerne ao acesso a informações e documentos no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social, são suscetíveis de classificação nos graus de sigilo as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possa trazer ônus aos planos estratégicos das Forças Armadas e pôr em risco a segurança da população.
- 112 Configura quebra de sigilo o fornecimento, por Conselho Regional de Serviço Social, de certidão disciplinar de assistente social denunciado, exceto se tal expedição tenha sido solicitada pela autoridade judicial.

Julgue os próximos itens, com base no Código de Ética Profissional do Assistente Social.

- 113 Considere que um assistente social, ao chegar à sua sala em uma universidade, tenha percebido que todos os seus documentos profissionais foram desorganizados e os estudos dos usuários expostos em uma mesa externa ao seu espaço privativo. Nessa situação, o direito profissional desse assistente social foi violado.
- 114 Considere que Luke tenha terminado a graduação em serviço social no ano de 1999, se mudado para o exterior no ano 2000 e retornado ao Brasil em 2024, sem experiência profissional. Considere, ainda, que ele tenha contado aos amigos que não conhecia a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, mas que, por indicação de um familiar, tenha assumido em uma empresa a responsabilidade pela avaliação biopsicossocial da deficiência de 10 novos empregados. Nessa situação hipotética, a conduta de Luke está de acordo com o previsto no Código de Ética Profissional do Assistente Social, que expressamente a autoriza.
- 115 Considere que uma assistente social de determinada organização, por considerar insuficiente seu salário, decida realizar apenas as atividades que a instituição autorizar e não se envolver com as demandas e os pleitos da população usuária dos serviços prestados. Nesse caso, ela não estará cumprindo os seus deveres enquanto assistente social.

Com fulcro nos princípios orientadores das Nações Unidas para prevenção da delinquência juvenil (princípios orientadores de Riad), julgue os itens a seguir.

- 116 Nas diretrizes de Riad, destaca-se a necessidade de priorizar as políticas de prevenção que favoreçam a socialização de todos os jovens e crianças, por meio da família, da comunidade e da escola, bem como dos grupos de jovens nas mesmas condições.
- 117 Classificar frequentemente um jovem de delinquente, pré-delinquente ou menor em conflito com a lei é conduta que potencializa o desenvolvimento de pautas permanentes de comportamento indesejado.

Acerca do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), julgue os itens subsecutivos.

- 118 As assembleias, enquanto dispositivos que concretizam a comunidade socioeducativa, são espaços de encontro coletivo que visam fomentar discussões de pautas essenciais para a vida organizacional, com a participação dos adolescentes em todas as ocasiões e das famílias quando se fizer necessário.
- 119 A gestão participativa é um dos componentes que solidificam a comunidade socioeducativa, que é composta pelos profissionais e adolescentes das unidades e(ou) programas de atendimento socioeducativo, pelos seus familiares, pela equipe psicossocial do tribunal de justiça do estado de referência e pelos representantes do respectivo conselho estadual de justiça e segurança pública.
- 120 No contexto da mobilização da opinião pública, os meios de comunicação devem ser cautelosos e estar atentos aos tratamentos dispensados aos adolescentes a quem se atribuem atos infracionais, independentemente de o caso estar em fase de apuração ou de já haver ocorrido a execução de medidas socioeducativas.

**Espaço livre**

Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.

- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **50,00 pontos**, dos quais até **2,50 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

**-- PROVA DISCURSIVA --**

Conforme relatório do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) sobre pessoas em situação de rua no Brasil, um em cada mil brasileiros não tem moradia. O diagnóstico aponta que, do total de mais de 236 mil pessoas vivendo nas ruas das cidades brasileiras, 62% estão na região Sudeste, e o Distrito Federal é a unidade federativa com maior percentual: 3 a cada mil pessoas estão vivendo nas ruas.

Em 2022, havia 246 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP) em funcionamento no país, distribuídos por 218 municípios (menos de 7% do total de municípios com pessoas em situação de rua no país).

Internet: <gov.br> (com adaptações).

Tendo como referência inicial as informações precedentes, redija um texto dissertativo a respeito de políticas e programas sociais dirigidos à população em situação de rua no Brasil. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- o perfil da população em situação de rua no Brasil; [valor: 17,50 pontos]
- a abrangência das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR); [valor: 15,50 pontos]
- a atuação dos Centros POP. [valor: 14,50 pontos]

*negra, LGBTQIA+, dependente químico,*

*retirante*

*documentos, atitudes psicossocial, moradia,*

*busca por oportunidade*

*imigrante*

*Estrutura: introdução com apresentação do argumento  
desenvolvimento com exposição das informações  
conclusão com problematização e vocação a ações.*

*A expressão da Questão Social que se caracteriza em uma população que se encontra em situação de rua tem sido crescido concomitantemente com o desenvolvimento do capital físico e do movimento neoliberalista e conservador brasileiro.*